

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **MAIO /2016 A ABRIL/2017**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.351.623.324,70	-
Pessoal Ativo 2	1.121.512.506,06	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	230.110.818,64	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(231.006.617,25)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (Indenizações e Restituições Trabalhistas)	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(895.798,61)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 3	(230.110.818,64)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.120.616.707,45	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
REC EITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.282.248.236,18	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 3º, art. 166 da CF)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	21.282.248.236,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V II) = (IIIa+IIIb)	1.120.616.707,45	5,27
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.276.934.894,17	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.213.088.149,46	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.149.241.404,75	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 25 de maio de 2017.

1 Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 Foi deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o montante de R\$ 987.497,18, referente as receitas de ressarcimento de pessoal à disposição arrecadadas pelo Poder, consideradas aquelas cujo ingresso ocorreu no período de maio/16 a abril/17, relativas ao período de competência do relatório, consoante previsto no MDF - 7ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

3 O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de maio/16 a abril/17 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 77.574.273,41. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 230.110.818,64, limitado este ao total da referida despesa. Acórdão T.C. nº 1352/13.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Francisco José de Freitas Abreu Santos

Diretor Financeiro

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Controladoria

ATO Nº 1272 /2017